

DECOREBA REGIMENTO INTERNO DO TRT 1ª REGIÃO

- 1) Compete ao Tribunal Pleno eleger, na mesma data em que se dá a eleição do Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, dentre os desembargadores em exercício: quatro de seus desembargadores, bem como dois suplentes, para, com o Presidente do Tribunal, integrar _____.
- A) o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário
 - B) a Comissão de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto
 - C) a Comissão de Jurisprudência
 - D) a Comissão de Regimento Interno
- 2) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos:
- I - conciliar e julgar os dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica e homologar as transações incidentais dos dissídios coletivos
 - II - julgar os agravos de petição e de instrumento, nos casos previstos em lei
 - III - julgar os mandados de segurança e agravos regimentais pertinentes a atos praticados em processos de sua competência
 - IV - julgar as ações anulatórias de cláusulas normativas
- A) Apenas I, III e IV
 - B) Apenas I e III
 - C) Apenas I, II e III
 - D) I, II, III e IV
- 3) O Tribunal é composto por quantos Desembargadores?
- A) 55 (cinquenta e cinco)
 - B) 54 (cinquenta e quatro)
 - C) 45 (quarenta e cinco)
 - D) 50 (cinquenta)
- 4) Cada desembargador terá _____, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- A) quatro assessores
 - B) um assessor
 - C) três assessores
 - D) dois assessores

- 5) Ocorrendo vaga destinada a um dos segmentos do quinto constitucional, o Presidente do Tribunal dará imediata ciência dela, conforme o caso, ao Ministério Público do Trabalho ou à Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a elaboração e encaminhamento da lista (tríplice / sêxtupla) _____ de que cuida o artigo 94 da Constituição federal.
- 6) Quais dos os órgãos abaixo compõem o Tribunal?
- A) Vice-Presidência Administrativa e o Tribunal Pleno
 - B) A Escola Judicial e o Órgão Especial
 - C) a Corregedoria Regional e as Varas do Trabalho
 - D) A Ouvidoria e o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
- 7) O Fórum de Gestão Judiciária, composto pelos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, realizado no _____.
- A) 1º semestre de cada ano
 - B) 2º trimestre de cada ano
 - C) 1º trimestre de cada ano
 - D) 2º semestre de cada ano
- 8) Compete ao Tribunal Pleno eleger, na mesma data em que se dá a eleição do Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, dentre os desembargadores em exercício: cinco de seus desembargadores, bem como dois suplentes, para integrar a Comissão de Jurisprudência
- A) o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário
 - B) a Comissão de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto
 - C) a Comissão de Jurisprudência
 - D) a Comissão de Regimento Interno
- 9) O Órgão Especial é constituído por quantos membros?
- A) 12 (doze) membros
 - B) 16 (dezesesseis) membros
 - C) 15 (quinze) membros
 - D) 13 (treze) membros
- 10) O Corregedor Regional apresentará ao Órgão Especial, na primeira quinzena do mês de (fevereiro / março) _____, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria Regional durante o ano anterior.
- 11) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SEDIC é constituída por quantos desembargadores?

- A) 16 (dezesseis) Desembargadores
B) 11 (onze) Desembargadores
C) 13 (treze) Desembargadores
D) 15 (quinze) Desembargadores
- 12) Compete _____ deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura de carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal, decidindo sobre suas instruções, regulamentos e composição da comissão de concurso e das bancas examinadoras.
- A) ao Tribunal Pleno
B) à Escola Judicial
C) Órgão Especial
D) ao Corregedor Regional
- 13) Compete ao Revisor preparar o voto no prazo de até _____ dias, apondo seu visto e devolvendo os autos à secretaria do colegiado competente.
- A) cinco
B) oito
C) quinze
D) trinta
- 14) Não poderão ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral até o (segundo / terceiro) _____ grau.
- 15) **(CERTO OU ERRADO)** Os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, ressalvada a participação do Presidente e do Vice-Presidente na SEDIC
- 16) **(CERTO OU ERRADO)** O Diretor da Escola Judicial e o Ouvidor, durante os respectivos mandatos, ficarão dispensados da distribuição de processos vinculados às Seções Especializadas que integrarem.
- 17) **(CERTO OU ERRADO)** Os processos distribuídos até a nomeação do Diretor da Escola Judicial e do Ouvidor permanecerão a eles vinculados.
- 18) O _____ fará publicar no Diário Oficial, ao início das atividades judiciárias de cada ano, relação com os ocupantes dos cargos da administração do Tribunal, a constituição do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das

Turmas, a lista de antiguidade dos desembargadores do tribunal, além das listas de antiguidade dos juízes titulares de Vara do Trabalho e dos juízes substitutos.

- A) desembargador Presidente do Tribunal
- B) desembargador Vice-Presidente do Tribunal
- C) Diretor da Escola Judicial
- D) Corregedor Regional

19) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete aos Presidentes dos órgãos colegiados do Tribunal:

I - indicar ao Presidente do Tribunal, dentre os funcionários do quadro de pessoal, o secretário do colegiado, o respectivo assistente e os demais funcionários que devam compor sua lotação

II - apresentar ou submeter ou fazer presentes ao Corregedor Regional processos em que se verifiquem irregularidades, atrasos não justificados no andamento da lide ou descumprimento de lei expressa ou provimento

III - convocar sessões ordinárias e extraordinárias, mandando que se publique a pauta de julgamento dos feitos

IV - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes

- A) Apenas I, II, III
- B) Apenas I e IV
- C) Apenas II, III
- D) I, II, III e IV

20) Quais são os cargos de direção do Tribunal?

- A) A Presidência, a Vice-Presidência Administrativa, a Corregedoria Regional
- B) A Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional
- C) A Presidência, a Vice-Presidência judicial, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional
- D) A Presidência, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional e a Presidência das Turmas

21) Os cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição a ser realizada na (primeira / segunda) _____quinzena de novembro, por voto secreto, para um mandato de (dois / três) _____ anos, dentre os desembargadores mais antigos da Corte, em número correspondente ao dos cargos de direção, com posse designada para a (primeira / segunda) _____ quinzena de janeiro.

- 22) Quanto aos cargos de direção, não figurarão entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade, aqueles desembargadores que tiverem exercido quaisquer cargos de direção por _____ anos ou o de Presidente.
- A) dois
B) cinco
C) três
D) quatro
- 23) Quanto à eleição para os cargos de direção, em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio. Persistindo o empate, será considerado eleito o mais (antigo / idoso) _____.
- 24) Na impossibilidade da posse de qualquer dos eleitos na data estabelecida, por fato superveniente à eleição, observar-se-á o seguinte: se a impossibilidade for de caráter temporário, dar-se-á posse na data marcada aos demais eleitos e ao remanescente no prazo de _____ dias, prorrogáveis por igual período.
- A) trinta
B) quinze
C) sessenta
D) dez
- 25) Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por _____ anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.
- A) dois
B) quatro
C) cinco
D) três
- 26) Em caso de vacância para os cargos da administração do Tribunal. O Presidente em exercício convocará sessão extraordinária do Tribunal Pleno para nova eleição dentro de (dez / quinze) _____ dias contados da abertura da vaga, ocorrendo a posse do eleito nos (dez / quinze) _____ dias subsequentes.
- 27) Compete _____ organizar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos aos serviços da Justiça do Trabalho

- A) ao Relator
 - B) ao Vice-Presidente
 - C) ao Presidente
 - D) ao Corregedor Regional
- 28) (CERTO OU ERRADO)** Os desembargadores eleitos para completar mandato em cargos de direção por período inferior a um ano, em decorrência de vacância superveniente à eleição, não ficarão impedidos para mandatos futuros.
- 29)** A quem compete eleger dentre os desembargadores em exercício um desembargador para dirigir o Centro Cultural?
- A) ao Tribunal Pleno
 - B) a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC)
 - C) ao Órgão Especial
 - D) ao Corregedor Regional
- 30)** O Presidente do Tribunal presidirá o Tribunal Pleno e o Órgão Especial, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo?
- A) Vice-Presidente Judicial, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo.
 - B) Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais idoso.
 - C) Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à sessão.
 - D) Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais moderno presente à sessão.
- 31)** As Turmas são presididas pelo mais (antigo / idoso) _____ dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de _____ (merecimento/antiguidade).
- 32)** Não Constitui Comissão Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:
- A) de Regimento Interno
 - B) o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário
 - C) de Responsabilidade Socioambiental
 - D) prevenção do trabalho infantil

- 33) A quem compete aprovar e alterar o Regimento Interno?
- A) Tribunal Pleno
 - B) ao Presidente do Tribunal
 - C) Órgão Especial
 - D) Comissão de Regimento Interno
- 34) Compete _____ decidir os pedidos de providência, exercendo vigilância sobre o funcionamento dos serviços judiciários quanto à omissão dos deveres e práticas de abusos e, especialmente, no que se refere à presença de juízes nas respectivas sedes e aos prazos de prolação de sentença, propondo ao Presidente, com adequação necessária, as sanções previstas em lei
- A) ao Relator
 - B) ao Vice-Presidente
 - C) ao Presidente
 - D) ao Corregedor Regional
- 35) Nas ausências dos Presidentes das Comissões, suas atribuições serão exercidas pelo?
- A) Vice-Presidente do Tribunal
 - B) Juiz do Trabalho Substituto
 - C) mais antigo de seus integrantes
 - D) Presidente do Tribunal
- 36) Compete _____ decidir os pedidos de suspensão de liminar e de tutela provisória de Juízo de primeiro grau
- A) ao Presidente
 - B) ao Corregedor Regional
 - C) ao Relator
 - D) ao Vice-Presidente
- 37) Quanto ao incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR. É assegurada às partes e demais interessados a faculdade de sustentação oral por ocasião do julgamento do incidente, observando-se o seguinte: autor e réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho terão _____ minutos cada para defesa de suas teses.
- A) 8 (oito)
 - B) 10 (dez)
 - C) 30 (trinta)
 - D) 15 (quinze)

- 38)** Cabe à Comissão de Regimento Interno: velar pela atualização do Regimento, por meio de proposições de emendas ou atos regimentais, e emitir parecer sobre as proposições de iniciativa de desembargador, de outras comissões ou de _____, neste caso, observada a pertinência temática.
- A) um terço dos juízes de primeiro grau
 - B) maioria absoluta dos juízes de primeiro grau
 - C) dois terços dos juízes de primeiro grau
 - D) metade dos juízes de primeiro grau
- 39)** Uma vez protocolizada a proposta de alteração de emenda ou ato regimental, deverá o Presidente do Tribunal, no prazo máximo de _____ dias, convocar a respectiva comissão para, nos _____ dias subsequentes, exarar parecer e encaminhar a matéria ao Tribunal Pleno.
- A) sessenta / sessenta
 - B) trinta / sessenta
 - C) sessenta / trinta
 - D) quinze / trinta
- 40)** Uma vez colocada em votação a proposta de emenda ou ato regimental, fica o Pleno autorizado a efetuar as modificações que entender cabíveis, no dia da votação, hipótese em que retornará à _____ para análise da adequação e sistematização.
- A) Comissão de Jurisprudência
 - B) Comissão do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário
 - C) Comissão de Regimento Interno
 - D) Comissão de Responsabilidade Socioambiental
- 41)** Cabe à Comissão de Jurisprudência: acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal elaborando projeto de edição, alteração ou cancelamento das súmulas da jurisprudência dominante, que, devidamente instruído, será encaminhado ao Presidente, para submissão ao (Órgão Especial / Pleno) _____.
- 42)** Compete _____ indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade e, nas vagas a serem preenchidas por merecimento, organizar as respectivas listas tríplices.
- A) ao Tribunal Pleno
 - B) à Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC)
 - C) ao Órgão Especial
 - D) à Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II)

- 43) (CERTO OU ERRADO)** No ato da posse, o magistrado obrigar-se-á, por compromisso formal, lido de pé e em voz alta, em sessão do Tribunal Pleno, a bem cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República, sendo lavrado o competente termo, assinado pelo desembargador Presidente, pelo empossado e pelo Secretário do Tribunal.
- 44)** A antiguidade dos magistrados, para efeitos legais e regimentais, será apurada, sucessivamente:
- A) pelo efetivo exercício na classe; pela posse; pelo efetivo exercício na classe anterior; pelo tempo de serviço público federal; pelo tempo de serviço na magistratura de carreira; pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
- B) pela posse; pelo efetivo exercício na classe; pelo efetivo exercício na classe anterior; pelo tempo de serviço na magistratura de carreira; pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
- C) pela posse; pelo efetivo exercício na classe; pelo tempo de serviço na magistratura de carreira; pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho; pelo efetivo exercício na classe anterior; pelo tempo de serviço público federal; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
- D) pelo tempo de serviço público federal; pelo efetivo exercício na classe; pelo efetivo exercício na classe anterior; pela posse; pelo tempo de serviço na magistratura de carreira; pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
- 45) (CERTO OU ERRADO)** No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.
- 46)** Para efeito de composição das Seções Especializadas e das Turmas, será observada a preferência manifestada pelo desembargador, respeitada a ordem de antiguidade, nos _____ dias subsequentes à publicação da notícia da vaga.
- A) dez
B) oito
C) trinta
D) quinze
- 47)** Para efeito de composição das Seções Especializadas e das Turmas: o juiz removido permanecerá pelo prazo mínimo de _____ na nova Vara do

Trabalho, somente podendo apresentar novo pedido, de remoção ou permuta, após este prazo.

- A) seis meses
- B) três meses
- C) quatro meses
- D) dois meses

48) Para efeito de composição das Seções Especializadas e das Turmas: A remoção do juiz titular somente será deferida com prévia manifestação da Corregedoria Regional, de que está em dia com os serviços da respectiva Vara do Trabalho e sem sentenças em atraso, nos 12 (doze) meses de efetivo exercício jurisdicional anteriores à data da vacância da Vara do Trabalho para a qual pretende ser removido, vedado, na apuração dos fatos, o efeito (ex tunc / ex nunc)

49) Havendo vaga para juiz substituto, antes da abertura de concurso, o Presidente do Tribunal fará publicar edital, no Diário Oficial da União, com prazo de _____ dias, para possibilitar que, neste prazo, sejam apresentados pedidos de remoção pelos juízes substitutos de outras Regiões.

- A) quinze
- B) sessenta
- C) trinta
- D) oito

50) Compete _____ decidir os incidentes processuais, enquanto os feitos aguardam autuação ou distribuição

- A) ao Presidente
- B) ao Corregedor Regional
- C) ao Relator
- D) ao Vice-Presidente

GABARITO DECOREBA REGIMENTO INTERNO TRT 1º

1 - GABARITO D

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

II - eleger, na mesma data em que se dá a eleição de que cuida o inciso I, dentre os desembargadores em exercício:

c) quatro de seus desembargadores, bem como dois suplentes, para, com o Presidente do Tribunal, integrar a Comissão de Regimento Interno

2- GABARITO A

Art. 16. Compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos:

I - conciliar e julgar os dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica e homologar as transações incidentais dos dissídios coletivos;

II - julgar as medidas cautelares incidentais nos processos de dissídio coletivo;

III - julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

III - julgar os mandados de segurança e agravos regimentais pertinentes a atos praticados em processos de sua competência;

V - julgar as ações anulatórias de cláusulas normativas.

3 - GABARITO B

Art. 2º O Tribunal compõe-se de cinquenta e quatro desembargadores.

4 - GABARITO D

Art. 2º §1º Cada desembargador terá dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.

5 - Sêxtupla

Art. 4º Ocorrendo vaga destinada a um dos segmentos do quinto constitucional, o Presidente do Tribunal dará imediata ciência dela, conforme o caso, ao Ministério Público do Trabalho ou à Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a elaboração e encaminhamento da lista **sêxtupla** de que cuida o artigo 94 da Constituição federal.

6 - GABARITO C

Art. 6º São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:

I - o Tribunal Pleno;

- II - o Órgão Especial;
- III - a Presidência;
- IV - a Corregedoria Regional;
- V - a Seção Especializada em Dissídios Coletivos;
- VI - a Seção Especializada em Dissídios Individuais, composta por duas Subseções;
- VII - as Turmas; e
- VIII - as Varas do Trabalho.

7 - GABARITO A

Art. 6º Parágrafo único. O Fórum de Gestão Judiciária, composto pelos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, realizado no 1º semestre de cada ano.

8 - GABARITO C

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

II - eleger, na mesma data em que se dá a eleição de que cuida o inciso I, dentre os desembargadores em exercício:

d) cinco de seus desembargadores, bem como dois suplentes, para integrar a Comissão de Jurisprudência

9 - GABARITO B

Art. 7º O Órgão Especial é constituído por dezesseis membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.

10 - Março

Art. 29. O Corregedor Regional apresentará ao Órgão Especial, na primeira quinzena do mês de março, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria Regional durante o ano anterior.

11 - GABARITO B

Art. 8º A Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SEDIC é constituída por 11 (onze) desembargadores, nela figurando, como membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal (art. 5, §3º, da Lei nº 8.531, de 15 de dezembro de 1992).

12 - GABARITO C

Art. 15. Compete ao Órgão Especial:

VII - deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura de carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal, decidindo sobre suas instruções, regulamentos e composição da comissão de concurso e das bancas examinadoras

13 - GABARITO C

Art. 47. Compete ao Revisor:

II - preparar o voto no prazo de até quinze dias, aponto seu visto e devolvendo os autos à secretaria do colegiado competente

14 - Terceiro

Art. 11. Não poderão ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau.

15 - CERTO

Art. 12. Os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, ressalvada a participação do Presidente e do Vice-Presidente na SEDIC.

16 – CERTO

Art. 12-A. O Diretor da Escola Judicial e o Ouvidor, durante os respectivos mandatos, ficarão dispensados da distribuição de processos vinculados às Seções Especializadas que integrarem.

17 - ERRADO

Art. 12. Parágrafo único. Os processos distribuídos **até a posse** do Diretor da Escola Judicial e do Ouvidor permanecerão a eles vinculados.

18 - GABARITO A

Art. 13. O desembargador Presidente do Tribunal fará publicar no Diário Oficial, ao início das atividades judiciárias de cada ano, relação com os ocupantes dos cargos da administração do Tribunal, a constituição do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas, a lista de antiguidade dos desembargadores do tribunal, além das listas de antiguidade dos juízes titulares de Vara do Trabalho e dos juízes substitutos.

19 - GABARITO A

Art. 35. Compete aos Presidentes dos órgãos colegiados do Tribunal:

I- dirigir os trabalhos e presidir as sessões, propor e submeter as questões, apurar os votos e proclamar as decisões;

II- convocar sessões ordinárias e extraordinárias, mandando que se publique a pauta de julgamento dos feitos;

III - indicar ao Presidente do Tribunal, dentre os funcionários do quadro de pessoal, o secretário do colegiado, o respectivo assistente e os demais funcionários que devam compor sua lotação;

IV - despachar o expediente do órgão colegiado, orientar, controlar e fiscalizar as tarefas administrativas vinculadas às atribuições judiciárias previstas neste artigo, bem

como a observância dos prazos regimentais que norteiam a tramitação dos processos de competência do colegiado;

V - manter a ordem nas sessões, podendo mandar retirar os que as perturbarem ou faltarem com o devido respeito ou decoro e prender os desobedientes, fazendo lavrar o respectivo auto;

VI - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que houver perturbação da ordem;

VII - justificar a ausência dos magistrados componentes do colegiado;

VIII - apresentar ou submeter ou fazer presentes ao Corregedor Regional processos em que se verifiquem irregularidades, atrasos não justificados no andamento da lide ou descumprimento de lei expressa ou provimento;

IX - receber os feitos distribuídos para o colegiado e encaminhá-los aos seus magistrados;

X - impor penalidades aos funcionários subordinados ao colegiado, no limite de sua competência;

XI - apreciar as desistências dos recursos requeridas antes do previsto no artigo 89 deste Regimento; e

XII - declarar aberta a sessão de julgamento, adotando a ordem estabelecida no artigo 136 deste Regimento.

20 - GABARITO B

Art. 21. A Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional são cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição a ser realizada na primeira quinzena de novembro, por voto secreto, para um mandato de dois anos, dentre os desembargadores mais antigos da Corte, em número correspondente ao dos cargos de direção, com posse designada para a segunda quinzena de janeiro.

21 - Primeira / Dois / Segunda

Art. 21. A Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional são cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição a ser realizada na primeira quinzena de novembro, por voto secreto, para um mandato de dois anos, dentre os desembargadores mais antigos da Corte, em número correspondente ao dos cargos de direção, com posse designada para a segunda quinzena de janeiro.

22 - GABARITO D

Art. 21. §1º Não figurarão entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade, aqueles desembargadores que tiverem exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos ou o de Presidente.

23 - Antigo

Art. 21. §4º Em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio. Persistindo o empate, será considerado eleito o mais antigo.

24 - GABARITO A

Art. 22. Na impossibilidade da posse de qualquer dos eleitos na data estabelecida, por fato superveniente à eleição, observar-se-á o seguinte:

I - se a impossibilidade for de caráter temporário, dar-se-á posse na data marcada aos demais eleitos e ao remanescente no prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período

25 - GABARITO B

Art. 23. Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.

26 – Dez / Quinze

Art. 23. §1º O Presidente em exercício convocará sessão extraordinária do Tribunal Pleno para nova eleição dentro de dez dias contados da abertura da vaga, ocorrendo a posse do eleito nos quinze dias subsequentes.

27 - GABARITO D

Art. 28. Compete ao Corregedor Regional:

X - organizar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos aos serviços da Justiça do Trabalho

28 - CERTO

Art. 23. §2º Os desembargadores eleitos para completar mandato em cargos de direção por período inferior a um ano, em decorrência de vacância superveniente à eleição de que cuida o artigo 21 deste Regimento, não ficarão impedidos para mandatos futuros.

29 - GABARITO A

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

II - eleger, na mesma data em que se dá a eleição de que cuida o inciso I, dentre os desembargadores em exercício:

h) um desembargador para dirigir o Centro Cultural.

30 - GABARITO C

Art. 31. O Presidente do Tribunal presidirá o Tribunal Pleno e o Órgão Especial, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-

Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à sessão.

31 - Antigo / antiguidade

Art. 34. As Turmas são presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de antiguidade.

32 - GABARITO D

Art. 37. Constituem Comissões Permanentes do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:

I - de Regimento Interno;

II - de Jurisprudência;

III - o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário;

IV - de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto; e

V - de Responsabilidade Socioambiental.

33 - GABARITO A

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

III - aprovar e alterar o Regimento Interno

34 - GABARITO D

Art. 28. Compete ao Corregedor Regional:

XIII - decidir os pedidos de providência, exercendo vigilância sobre o funcionamento dos serviços judiciários quanto à omissão dos deveres e práticas de abusos e, especialmente, no que se refere à presença de juízes nas respectivas sedes e aos prazos de prolação de sentença, propondo ao Presidente, com adequação necessária, as sanções previstas em lei

35 - GABARITO C

Art. 37. §2º Nas ausências dos Presidentes das Comissões, suas atribuições serão exercidas pelo mais antigo de seus integrantes.

36 - GABARITO A

Art. 25. Compete ao Presidente:

VIII - decidir os pedidos de suspensão de liminar e de tutela provisória de Juízo de primeiro grau, na forma do artigo 230 deste Regimento

37 - GABARITO C

Art. 119. IX – É assegurada às partes e demais interessados a faculdade de sustentação oral por ocasião do julgamento do incidente, observando-se o seguinte:

a) autor e réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho terão 30 (trinta) minutos cada para defesa de suas teses

38 - GABARITO A

Art. 38. As comissões permanentes têm suas atribuições assim definidas:

I - Cabe à Comissão de Regimento Interno:

a) velar pela atualização do Regimento, por meio de proposições de emendas ou atos regimentais, e emitir parecer sobre as proposições de iniciativa de desembargador, de outras comissões ou de um terço dos juízes de primeiro grau, neste caso, observada a pertinência temática;

39 - GABARITO A

Art. 38. §1º Uma vez protocolizada a proposta de alteração de emenda ou ato regimental, deverá o Presidente do Tribunal, no prazo máximo de sessenta dias, convocar a respectiva comissão para, nos sessenta dias subsequentes, exarar parecer e encaminhar a matéria ao Tribunal Pleno.

40 - GABARITO C

Art. 38. §3º Uma vez colocada em votação a proposta de emenda ou ato regimental, fica o Pleno autorizado a efetuar as modificações que entender cabíveis, no dia da votação, hipótese em que retornará à Comissão de Regimento Interno para análise da adequação e sistematização, observando-se os prazos do parágrafo primeiro.

41 - Pleno

Art. 38. As comissões permanentes têm suas atribuições assim definidas:

II - Cabe à Comissão de Jurisprudência:

c) acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, nos termos do artigo 896, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, elaborando projeto de edição, alteração ou cancelamento das súmulas da jurisprudência dominante, que, devidamente instruído, será encaminhado ao Presidente, para submissão ao Pleno.

42 - GABARITO A

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

IV - indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade e, nas vagas a serem preenchidas por merecimento, organizar as respectivas listas tríplices.

43 - ERRADO

Art. 40. No ato da posse, o magistrado obrigará-se a, por compromisso formal, lido de pé e em voz alta, **em sessão do Órgão Especial**, a bem cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República, sendo lavrado o competente termo, assinado pelo desembargador Presidente, pelo empossado e pelo Secretário do Tribunal.

44 - GABARITO B

Art. 44. A antiguidade dos magistrados, para efeitos legais e regimentais, será apurada, sucessivamente:

- a) pela posse;
- b) pelo efetivo exercício na classe;
- c) pelo efetivo exercício na classe anterior;
- d) pelo tempo de serviço na magistratura de carreira;
- e) pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho;
- f) pelo tempo de serviço público federal; e
- g) pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.

45 - CERTO

Art. 48. No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.

46 - GABARITO D

Art. 49. Para efeito de composição das Seções Especializadas e das Turmas, será observada a preferência manifestada pelo desembargador, respeitada a ordem de antiguidade, nos quinze dias subsequentes à publicação da notícia da vaga.

47 - GABARITO A

Art. 49. §3º O juiz removido permanecerá pelo prazo mínimo de seis meses na nova Vara do Trabalho, somente podendo apresentar novo pedido, de remoção ou permuta, após este prazo.

48 - Ex tunc

Art. 49. §4º A remoção do juiz titular somente será deferida com prévia manifestação da Corregedoria Regional, de que está em dia com os serviços da respectiva Vara do Trabalho e sem sentenças em atraso, nos 12 (doze) meses de efetivo exercício jurisdicional anteriores à data da vacância da Vara do Trabalho para a qual pretende ser removido, vedado, na apuração dos fatos, o efeito ex tunc.

49 - GABARITO C

Art. 50. Havendo vaga para juiz substituto, antes da abertura de concurso, o Presidente do Tribunal fará publicar edital, no Diário Oficial da União, com prazo de trinta dias,

para possibilitar que, neste prazo, sejam apresentados pedidos de remoção pelos juízes substitutos de outras Regiões.

50 - GABARITO A

Art. 25. Compete ao Presidente:

IX - decidir os incidentes processuais, enquanto os feitos aguardam autuação ou distribuição

[**CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO COM 234 QUESTÕES DO REGIMENTO INTERNO DO TRT RJ**](#)